

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: MAPEAMENTO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PELOS SISTEMAS EDUCACIONAIS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO: dados iniciais.

Camila Santos Borges, Anna Augusta Sampaio de Oliveira - Educação – Pedagogia – Departamento de Educação Especial – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Compreendendo que todos os seres humanos são constituídos de diferenças e particularidades fundamentais para caracterizar cada indivíduo, a inclusão se coloca como movimento social que busca uma sociedade mais igualitária e mais justa que respeite a diversidade e, portanto, a dignidade humana.

Com a democratização do ensino e a obrigatoriedade do ensino fundamental garantidos pelo artigo 4 da Lei 9394/96 e respeitando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que data de 1948, a qual estabelece em seu artigo 1º que “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, e em seu artigo 26º, afirma que “Toda pessoa têm direito á educação”; a escola brasileira recebe a tarefa de buscar novos caminhos para viabilizar a construção de uma sociedade inclusiva e democrática.

No Brasil, o grande impacto para a área de Educação Especial pode ser observado através da promulgação da Declaração de Salamanca (ONU, 1994) e, com menor intensidade, a Declaração de Jomtien (ONU, 1990), cuja leitura foi provocada a partir do conhecimento da Declaração de Salamanca. “Essas declarações apontam o compromisso de universalização do ensino fundamental e atenção específica aos alunos com necessidades educacionais especiais” (OLIVEIRA, 2004, p. 78).

Ferreira (2004) aponta que, no Brasil, o impacto da Declaração de Salamanca coincide com várias reformas internas da educação básica. Essas reformas, de acordo com o autor

produziram mudanças importantes em termos de competências dos sistemas de ensino, de estruturação e gestão das redes, de financiamento educacional, de organização curricular, de formação de profissionais da educação. Tais mudanças, de caráter abrangente, apresentaram um novo contexto e novos desafios para a educação escolar das pessoas com deficiência (p. 12).

O autor pontua, principalmente, o processo de descentralização da educação brasileira através do processo de municipalização e as implicações da transferência de responsabilidades para os municípios, tanto de organização do sistema municipal de educação, como também do gerenciamento dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o FUNDEF (op.cit., 2004).

Oliveira e Leite (2005) comentam a complexidade do processo de municipalização, “cuja decorrências não se restringem aos aspectos de ordem administrativa, mas, também alcançam os de ordem política” (no prelo). Assim, não é simples para os municípios brasileiros a organização do sistema educacional e há de se considerar todas as decorrências e implicações desse processo, embora, seja de fundamental importância o apontado por Aranha (2000) que “a municipalização veio aproximar, dos cidadãos, a instância decisória do controle social sobre a execução das direções escolhidas e das decisões tomadas” (p. 5).

Outro aspecto lembrado por Oliveira e Poker (2002, p. 237) é que

com a municipalização do ensino fundamental, inclusive o ensino especial, os municípios começam a enfrentar uma realidade até então desconhecida: lidar com as heterogeneidades de toda ordem no mesmo espaço escolar, incluindo alunos com deficiências sensoriais, físicas e cognitivas.

Certamente isto tem exigido muito de cada município. É necessário lidar com essa nova situação e, até mesmo a equipe dirigente dos Departamentos e Secretarias da Educação, precisam adquirir conhecimentos específicos para cumprir as novas determinações legais e orientar as ações inclusivas de todo o sistema educacional. Como consequência, aos municípios cabe a responsabilidade de re-organização do sistema educacional com o objetivo de atendimento às necessidades educacionais especiais de todo e qualquer aluno e, entre eles, os alunos com deficiência

Com a edição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituída pelo Conselho Nacional de Educação através da Resolução CNE/CEB nº 02/2001, se impõe um novo desafio para os sistemas de ensino: a construção de sistemas educacionais inclusivos, isso

implica uma nova postura da escola comum, que propõe em seu projeto pedagógico – no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores – ações que favoreçam a sua interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos que apresentam necessidades educacionais especiais.”(BRASIL, 2001, p. 40)

Inclusão, portanto, é garantir a todos o acesso a todos o acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, entre eles a escola como agente fundamental na construção dessa sociedade democrática e inclusiva, atribuindo a todos os direitos estabelecidos pelo Estado Democrático:

A democracia, nos termos em que é definido pelo artigo I da Constituição Federal, estabelece as bases para viabilizar a igualdade de oportunidades, e também um modo de sociabilidade que permite a expressão das diferenças, a expressão de conflitos, em uma palavra, a pluralidade. (BRASIL, 2001, p.25)

Nesse sentido, as ações político-administrativas são fundamentais para que se garantam os direitos estabelecidos legalmente e para que se construam as bases da transformação do espaço escolar. Verificar estas ações é de suma importância para identificar dificuldades e experiências bem sucedidas na construção de sistemas educacionais inclusivos.

Assim, através dessa pesquisa, estamos realizando uma investigação sobre as ações implementadas pelos diferentes municípios e as condições do atendimento educacional para o aluno com deficiência. Num primeiro momento, nosso objetivo inicial foi o de mapear os municípios da região oeste do Estado de São Paulo, por ser esta a nossa localização regional, facilitando, inclusive, possíveis contatos com os dirigentes municipais. Após esse mapeamento, os objetivos se concentram no levantamento de dados relativos às ações político-administrativas para a construção de um sistema educacional inclusivo.

A primeira ação, relacionada ao procedimento para coleta de dados, foi o levantamento dos municípios que compõem a região educacional do oeste paulista. Esse levantamento foi realizado através de visitas a Diretoria Regional de Educação de Marília, a Secretaria de Educação Municipal de Marília e ao IBGE. Após todos esses contatos, conseguimos mapear as Diretorias de Educação e os municípios relacionados, perfazendo um total de 20 diretorias regionais, com 260 municípios cadastrados.

De posse do quadro dos municípios da região oeste do Estado de São Paulo, o próximo passo foi levantar os endereços de cada município e o nome de cada secretário para quem será endereçado o questionário de levantamento de dados. Esse trabalho foi extremamente exaustivo, seja pela dificuldade de acesso aos endereços, seja pela extensão dos dados a serem levantados. A tentativa inicial foi buscar os endereços na Diretoria Regional de Educação de Marília, na Secretaria de Educação Municipal de Marília e no IBGE, porém os dados estavam incompletos ou desatualizados. Como alternativa, recorremos a Fundação SEADE, através do site oficial da Fundação (www.seade.gov.br) e, assim, conseguimos acesso aos dados necessários.

O instrumento de coleta de dados, antes de sua finalização, foi submetido a três juízes para análise de sua coerência textual, clareza e objetividade. Dois juízes possuem experiência em Educação Especial e estudos sobre construção de sistemas educacionais inclusivos, são doutorandas e pedagogas com experiência em gestão escolar e a outra não possui experiência com Educação Especial e Educação Inclusiva e é estudante do quarto ano de Pedagogia. Após a análise dos três juízes, procedemos a avaliação das sugestões, incorporando itens complementares e melhorando a clareza das solicitações.

Inicialmente o material de coleta de dados foi enviado para noventa e três municípios abrangendo as seguintes regiões: Jales, Votuporanga, São José do Rio Preto, Lins e José Bonifácio. O envio foi feito no final do mês de maio e foi estabelecido o prazo para a devolutiva até o dia 31 de julho do presente ano. Estimava-se que 70% dos envelopes seriam devolvidos, mas para a nossa surpresa foram devolvidos apenas 24%, estamos no momento providenciando o re-envio dos questionários aos municípios que não realizaram a devolutiva, mesmo assim procedemos a análise, mesmo que parcial dos dados que atualmente temos em mãos.

Foi feita análise quantitativa, utilizando estatística básica e análise dos índices de significância dos dados levantados e análise qualitativa das ações implementadas pelos sistemas de ensino em direção à inclusão e dos serviços especializados disponíveis para os alunos com deficiência, através de características analíticas relacionadas com o objeto de investigação.

Foram analisadas duas modalidades de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental, séries iniciais, por serem estas as áreas de atuação do pedagogo e marcarem o ingresso na vida escolar do aluno.

A educação infantil estabelece melhores condições para o ensino inclusivo, pois segundo o Plano Nacional de Educação:

Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, de solidariedade, responsabilidade. (BRASIL, 2001, p.13)

Poucos são os municípios que indicaram não ofertarem esta modalidade de ensino nas regiões pesquisadas, mas é evidente que apesar de sua importância não são todas as crianças que têm acesso a esta modalidade de ensino e não usufrui de seu direito a ela., mas existe uma tendência de fazer isto acontecer e que foi observada nos dados levantados por nós e que segue as recomendações do Plano Nacional de Educação:

Ampliar a oferta de Educação Infantil de forma a atender em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 a 6 anos (ou 4 a 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos. (BRASIL, 2001, p.15)

Apesar de haver aumento total no número de matrículas, este movimento é muito tímido se nos referimos a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, o que seria de suma importância para o processo de inclusão tendo em vista o que foi mencionado acima. Este aumento se dá principalmente após 2004. Podemos concluir, que o aumento geral no número de matrícula não está relacionado diretamente com o aumento do número de crianças com necessidades educacionais especiais o que prejudica o atendimento e adequação escolar, principalmente às necessidades relacionadas à deficiência.

O fato de o Ensino Fundamental ter se ampliado para atender a todos não garante que 100% da população de 0-14 anos de idade esteja matriculada, foi o que indicou alguns municípios, assim como a frequência escolar não ocorrer efetivamente por 100% da população. Para identificar a demanda oculta e garantir além da matrícula, a frequência escolar, as secretarias municipais de educação pesquisadas estabelecem parcerias com outros setores da comunidade, principalmente com o Conselho Tutelar, serviço de assistência social, entre outros.

Para que a comunidade esteja efetivamente envolvida com a planificação de ações em direção ao atendimento das necessidades educacionais especiais verificou-se que dos vinte e dois municípios analisados, vinte responderam que o Conselho de escola está formalmente constituído em seu respectivo sistema de ensino.

Em relação a serviços especializados, observamos que estes ainda estão disponíveis em sua maioria, por instituições especializadas como a APAE, dezesseis dos vinte e dois municípios da amostra oferecem serviço de apoio pedagógico especializado.

Em relação a acessibilidade notamos que os meios que garantem isto não estão diretamente relacionados ao movimento de construção de sistemas educacionais inclusivos e sim a conquistas feitas anteriormente. O atendimento pedagógico especializado não atende a todos os municípios e apenas a uma parcela destes, o que foi mencionado anteriormente.

Em síntese, os resultados obtidos, ainda preliminares, apontam que há tentativas, dentro das condições de cada município, de realizar adequações, oferecer melhores condições de suporte pedagógico para os alunos com necessidades educacionais especiais (mesmo que ainda não especializados), capacitação docente, mas não se verifica, através dos dados disponíveis, uma reestruturação estrutural e organizacional que, efetivamente, possa atender as necessidades educacionais especiais do alunado, principalmente daqueles com deficiência. Entendemos, portanto, que os municípios estão, ainda, se interagindo das propostas e implicações do processo de inclusão e, em especial das decorrências proveniente da inserção de alunos com deficiência em contextos comum do ensino regular.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nova LDB*. (Lei 9394/96), Rio de Janeiro: qualitymark Ed. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172, de 9 jan. 2001. Brasília: *Diário Oficial da União*, 10 jan..

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica*. Conselho nacional de Educação. Brasília, 2001.

FERREIRA, J.R. Políticas Públicas e a Universidade: uma avaliação dos 10 anos da Declaração de Salamanca. In: OMOTE, S. (org.) *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: Fundepe publicações, 2004.

OLIVEIRA, A A S. & LEITE, L. P. Escola Inclusiva e as Necessidades Educacionais Especiais. In: MANZINI, E. J. (org.) *Educação Especial: temas atuais*. Marília: Unesp, 2000.

OLIVEIRA, A.A.S. Formas de organização escolar: desafios na construção de uma escola inclusiva. In: OMOTE, S. *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: fundepe publicações, 2004.

OLIVEIRA, A.A.S. e POKER, R.B. Educação Inclusiva e municipalização: a experiência em Educação Especial de Paraguaçu Paulista. In: *Revista Brasileira de Educação Especial*. v.10, n.1. Marília: ABPEE/FFC – Unesp publicações, 2004.

OLIVEIRA, A.A.S. e LEITE, L. P. Construção de um Sistema Educacional Inclusivo: um desafio político-pedagógico. *Revista Brasileira de Educação Especial*. (no prelo)

Bolsa: CNPq/PIBIC

